

tribunal  
de justiça  
do estado de goiás

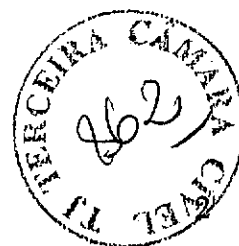
Gabinete Desembargador Stenka I. Neto

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 16744-30.2012.8.09.0000**  
**(201290167443)**

COMARCA SENADOR CANEDO  
AGRAVANTE SISTEMA DE CARTÓRIO CERTIDÕES LTDA.  
AGRAVADO CARTÓRIO MAIS REDE DE SERVIÇOS EM  
CARTÓRIO LTDA.  
RELATOR Desembargador **Stenka I. Neto**

## **DECISÃO**

Cuida-se de *agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo* interposto pelo **SISTEMA DE CARTÓRIO CERTIDÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, contra decisão proferida pela MMª Juíza de Direito da comarca de Senador Canedo, Dra. Liliam Margareth da Silva Ferreira Araújo, nos autos da “*ação de indenização por perdas e danos c/c obrigação de não fazer com pedido de antecipação dos efeitos da tutela*” aforada em seu desfavor por **CARTÓRIO MAIS REDE DE SERVIÇOS EM CARTÓRIO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, *ex vi* da qual foi deferido o pleito antecipatório rogado a fim de que a empresa agravante se abstenha “(...) de enviar notificações extrajudiciais para os franqueados do requerente, ficando proibido de reproduzir, imitar e/ou utilizar a marca 'CARTÓRIO MAIS', sob pena

tribunal  
de justiça  
do estado de goiás**Gabinete Desembargador Stenka I. Neto**

de ser fixado multa diária” (fls. 817/819 – vol. 05).

Irresignado, manejou o recorrente a presente súplica recursal (fls. 02/17) estribado na alegação de que “(...) desde 2003 os primeiros modelos da marca 'Cartório Postal' se encontram devidamente reivindicados junto ao INPI (...), bem como consta na referida Autarquia Federal o pioneiro 'primeiro pedido de registro' da marca 'Cartório Mais', ou seja, a Agravante tem a primariedade no pedido de registro da marca 'Cartório Mais' (...)” (fl. 05).

Assevera que “(...) a Agravada, ardilosamente, protocolou o seu pedido de registro da marca 'Cartório Mais' (...) somente após ter constatado o pedido de registro feito pela Agravante junto ao INPI no claro propósito de parasitariamente pegar carona no já comprovado *Know How* e consagrado sucesso da Rede de Franquias 'Cartório Postal', pertencente a Agravante” (fl. 05).

Salienta a violação do disposto no art. 128, § 1º da lei nº 9.273/96, porquanto os pedidos de registro foram efetivados no nome empresarial da agravada (Instituto Goiano de Cultura Ltda. - ME), cuja atividade primordial refere-se à “(...) prestação de serviços de atividade de condicionamento físico tais como: ginástica, musculação, yoga, pilates, alongamento corporal, artes marciais, atividades de hidroginástica, atividades de instrutores de educação física inclusive individual, atividades artísticas, culturais, esportivas, criativas e de espetáculos (...)” (fl. 06).

tribunal  
de justiça  
do estado de goiás**Gabinete Desembargador Stenka I. Neto**

3

Sustenta ser a recorrida carecedora do direito de ação, visto que “(...) não é detentora da marca 'Cartório Mais', sendo assim não pode reivindicar o uso da marca, visto que o INPI não analisou os seus pedidos de registro (...)” (fl. 07).

Registra que “(...) a Agravada se apropriou do nome da marca 'Cartório Mais', que a Agravante já havia depositado primeiramente no INPI, visto que tinha projetos futuros para explorar aludida marca, bem como se apropriou das cores azul e amarelo, formato e padrão utilizadas pela Agravante em sua principal marca 'Cartório Postal', ou seja, a Agravada copiou o nome da marca 'Cartório Mais' (...)”, motivo pelo qual aforou demanda objetivando a abstenção do uso de seus direitos de propriedade intelectual na comarca de São Paulo (fl. 10).

Enaltece ser manifesta a “(...) imitação por parte da Agravada, haja vista a mesma formatação na disposição do site e textos da Agravante que, se não idênticos, são altamente similares (...)” (fl. 16)

Pugna, ao final, pelo conhecimento e provimento do recurso, ao fito de ser reformada a decisão guerreada e, de consectário, obstar a utilização da marca “Cartório Mais” e seus demais direitos de propriedade intelectual.

Instrui a via eleita com os documentos de fls. 17/857 – vol. 05).



tribunal  
de justiça  
do estado de goiás

Gabinete Desembargador Stenka I. Neto

Preparo visto à fl. 858 – vol. 05.



É a suma do principal.

Adstringo-me à análise do pedido de concessão do efeito suspensivo.

Estabelece o art. 527, III, do Código de Processo Civil que o relator poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso (art. 558) ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal (efeito suspensivo ativo), condicionada esta última medida tanto a pressupostos genéricos (prova inequívoca e verossimilhança da alegação – art. 273, **caput** do CPC), quanto aos alternativos (receio de dano grave e de difícil reparação, abuso do direito de defesa ou, ainda, o manifesto propósito protelatório – art. 273, I e II do CPC).

De outra parte, da leitura do art. 558 do CPC chega-se à conclusão de que a postulação pleiteada deve estar ancorada em sólida e relevante fundamentação fática ou jurídica, ou ambas (**fumus boni iuris**), a demonstrar que o cumprimento da decisão hostilizada possa resultar lesão grave e de difícil reparação ao agravante (**periculum in mora**).

No silogismo fático-jurídico verifica-se a probabilidade da afirmação feita pelo recorrente, tendo em vista a

tribunal  
de justiça  
do estado de goiás

Gabinete Desembargador Stenka I. Neto

5

compatibilidade com o direito delineado nos autos, materializada, *in casu*, na primariedade do depósito da marca "Cartório Mais" efetivada pela agravante (9/2/2010), consoante se depreende do documento acostado à fl. 23.

No tocante ao requisito pertinente à lesão grave ou de difícil reparação, manifesto que eventual sonegação do pedido de efeito suspensivo ao **decisum** verberado, cominará em manifesto prejuízo ao agravante, tendo em vista sua possibilidade de aquisição da propriedade da marca, com a expedição do correlato registro pelo INPI, e o uso comercial da marca "Cartório Mais" pelo agravado.

Por derradeiro, deve ser realçado o caráter provisório desta decisão, que poderá ser modificada ao longo do procedimento, à vista da formação do contraditório e do definitivo conjunto probatório que, certamente, constará dos autos após a conclusão do rito recursal.

Assim, presentes os requisitos indispensáveis à concessão da súplica liminar, **DEFIRO** o pedido de efeito suspensivo requestado.

Encaminhe-se cópia dessa decisão à magistrada *a quo*, requisitando-lhe as informações que reputar necessárias, no decêndio legal.

Intime-se o agravado para, caso queira,



tribunal  
de justiça  
do estado de goiás



**Gabinete Desembargador Stenka I. Neto**

apresentar contraminuta, nos termos do art. 527, V do CPC.

Cumpra-se.

Goiânia, 10 de fevereiro de 2012.

**Des. Stenka I. Neto**

Relator

ai 16744-5